

# RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL DE BRASÍLIA: CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E CONFLITOS DE SUSTENTABILIDADE

Rachel Filgueiras Paschoalin<sup>(1)</sup>; Maria Teresa Gomes Barbosa<sup>(2)</sup>

(1) Faculdade de engenharia, Universidade de Juiz de Fora, e-mail: [quelpaschoalin@gmail.com](mailto:quelpaschoalin@gmail.com)

(2) Faculdade de engenharia, Universidade de Juiz de Fora, e-mail: [teresa.barbosa@engenharia.ufjf.br](mailto:teresa.barbosa@engenharia.ufjf.br)

## Resumo

A trajetória do patrimônio cultural está em constante transformação devido a novos desafios e questionamentos surgidos em diferentes épocas. As teorias contemporâneas de conservação e restauração se consolidam a partir das teorias de Brandi com uma postura crítica em relação aos monumentos. Todos esses estudos e discussões teóricas influenciam o legado brasileiro de legislações referentes à preservação. A arquitetura moderna brasileira, a exemplo da Catedral de Brasília, apresenta novas problemáticas, ou seja, novos debates conceituais relacionados à restauração desses bens modernos inserindo-os em seu contexto atual. O grande questionamento é como intervir em bens culturais modernos que apresentam características de uma arquitetura efêmera de maneira a manter os critérios de autenticidade dos mesmos. Este trabalho apresenta um estudo de caso da restauração da Catedral de Brasília e objetiva por meio desse, avaliar os critérios intervencionistas, identificar os princípios teóricos e administrativo-jurídicos que embasaram as intervenções, e ainda, notar se esses princípios de intervenção seguem ou não os questionamentos atuais de tratamento de bens culturais modernos aliados às questões de sustentabilidade. Sendo assim, o tema proposto se justifica pela discussão da influência dessas novas problemáticas nos conceitos e teorias contemporâneas de restauro e como isso se reflete nessas intervenções em bens modernos.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, restauração, sustentabilidade.

## Abstract

The cultural heritage is constantly changing because new questions appear in different times. Contemporary theories of conservation and restoration are consolidated from the theories of Brandi. All these studies and theoretical discussions influence the brazilian's laws about the preservation. The Brazilian modern architecture, such as the Brasilia Cathedral, presents new debates about the restoration. The big question is: how to intervene in modern cultural heritage which have architectural characteristics? This paper presents a study of case about restoration of the Brasilia Cathedral, identify the interventional criteria and the theoretical principles that supported it. Finally, It noted that these principles of intervention follow or not the sustainability questions. Therefore, the proposed topic is justified by the discussion about the influence of new concepts and issues in contemporary theories of restoration and how this is reflected in interventions in modern heritage.

**Keywords:** cultural heritage, restoration, sustainability.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil as atividades críticas efetivas relacionadas à salvaguarda do patrimônio podem ser datadas do início do século XX com a criação do SPHAN, atual IPHAN. Anteriormente, notavam-se tímidas iniciativas em prol da proteção de bens arquitetônicos e artísticos no país, ainda de forma esparsa e não sistemática marcada por atividades de preservação históricas realizadas por Institutos Históricos e Museus (CUNHA, 2010). A trajetória do patrimônio cultural está em constante transformação devido a novos desafios e questionamentos surgidos em diferentes épocas. Questionamentos atuais, como: funcionalidade, novos materiais, novas

tecnologias, sistemas de infraestrutura, manutenção em bens modernos são colocados como desafios para o pensar contemporâneo acerca das intervenções, surgindo a principal questão de como avaliar essas intervenções e como intervir em bens culturais modernos que apresentam características de uma arquitetura efêmera de maneira a manter os critérios de autenticidade dos mesmos.

Objeto de estudo a partir desses novos questionamentos, a cidade de Brasília surge em meio ao movimento moderno, sendo exemplo dos paradigmas urbanos modernos preconizados pelo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Têm raízes nas cidades-jardim apresentando grandes áreas verdes nos espaços urbanos; estrutura urbana pré-definida na qual a expansão é realizada por meio de cidades satélites e também nas cidades lineares devido a sua disposição no terreno. Acima de tudo elucubra os princípios funcionalistas de Le Corbusier, definindo as funções urbanas básicas de Morar, Circular, Trabalhar e Recrear (REIS, 2001).

Patrimônio mundial, tombada pela Unesco, essa cidade passa pelo drama e risco de perder esse título devido as diversas descaracterizações do plano original e a falta de manutenção. Em face disso, a cidade vem passando por uma série de intervenções a fim de perpetuar às gerações futuras sua importância e significado, tendo a Catedral de Brasília, como um dos exemplos de obra de intervenção restaurativa realizada pelo IPHAN. Portanto, em meio a esse breve panorama exposto, é imprescindível a discussão da atuação dos órgãos relacionados às atividades preservacionistas, bem como a influência de novas problemáticas nos conceitos e teorias de restauro e como isso se reflete nessas intervenções.

## 2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Todo o legado de legislações brasileiras referentes à preservação sofre influências das discussões e estudos teóricos internacionais. As correntes teóricas e as Cartas Patrimoniais foram e ainda são instrumentos de balizamento para as ações exercidas pelo órgãos responsáveis e a criação das leis. Como principais documentos legais temos dois documentos, a Constituição de 1988 e o Decreto-lei 25/37, que são os principais expoentes do poder federal em relação ao patrimônio brasileiro. Portanto, percebe-se que o Poder Público ainda é grande detentor e centralizador nas ações referentes à proteção, porém as coletividades locais, como definido pela Constituição de 1988, têm papel de auxiliar e colaborar com o Estado em prol da promoção dessas atividades.

Estes instrumentos legais apresentam diretrizes que são baseadas nas principais ideias propostas pelas convenções internacionais e teorias existentes desde o século XVIII, quando de fato há uma sistematização da disciplina de conservação e restauração. Nesse período, em meio a Revolução Francesa, surgem os primeiros teóricos e princípios de conservação, a exemplo do francês Viollet-le-Duc e o inglês John Ruskin. Nota-se nesse período o primeiro distanciamento mais radical com o passado que acarreta em um mudança de postura em relação ao legado. Esses primeiros pensadores, apesar de antagônicos, já que um propunha o restauro baseado na concepção ideal do edifício e o outro o respeito a matéria original por meio da conservação, apresentavam os primeiros esboços que iriam influenciar nas legislações atuais.

Ainda temos muitos outros teóricos, como Camilo Boito, no século XIX que reformula os pensamentos antagônicos de seus antecessores e cria uma nova linha de pensamento, o chamado “restauro filológico”, defendendo a conservação e reparação, de modo a preservar os valores históricos e artísticos do monumento. Ou ainda, as contribuições de Alois Riegl que ofereceram inovações nos campos teórico e prático, a partir da análise do papel dos

monumentos históricos e sua apreensão pela sociedade, ampliando o sentido do monumento baseado apenas nas questões histórico-artísticas. Para ele esses monumentos eram mais que “obras de arte” históricas, são qualquer obra humana com certa antiguidade, cerca de 60 anos (KUHL, 2009).

Outro teórico de grande importância e maior influência nas teorias atuais de conservação é o italiano Cesare Brandi que defende não somente o valor histórico do bem, mas também seu caráter estético e, principalmente, crítico, negando o enquadramento prévio dos monumentos em determinados tipos, destacando a unicidade da obra dentro de um espaço e tempo, portanto determinando soluções únicas, sendo estas advindas de uma análise crítica da obra e não de forma empírica baseada somente em exigências práticas, levando-se em consideração a dualidade histórica e estética da obra (CUNHA, 2010).

Além das correntes teóricas, temos os documentos internacionais produzidos a partir da conferências internacionais que elaboravam diretrizes de preservação dos bens culturais, a exemplo da Carta de Atenas (1931), que foi o primeiro documento existente, posteriormente a Carta de Veneza (1964) que agregava uma grande contribuição dando valor histórico aos centros históricos, bairros e cidades, como é considerado atualmente pela legislação, ou ainda as Cartas de Restauro (1972) e de Burra (1980) que já preconizavam a proibição de remoções e reconstruções, se por razões de força maior fossem necessárias não poderiam ser confundidas com recriações ou reconstituições hipotéticas.

A Constituição de 1988 a partir do artigo 216 atribui como significado à expressão patrimônio cultural, todas as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e mais especificamente dentre o patrimônio material, considera as edificações, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, portanto como elencado pela Carta de Veneza. Ainda nos instrumentos legais temos o Decreto-Lei 25/37 que disciplina o instituto do tombamento, no qual os bens inscritos nos livros dos tombos estão protegidos contra destruição, demolição, reparação, restauração sem a prévia autorização do IPHAN, apresentando os princípios propostos pelas Cartas de Restauro e Burra. Além desses dois documentos legais ainda existem as legislações específicas em cada cidade, como é o caso do conjunto tombado urbanístico de Brasília.

Este é regido por instrumentos que estabelecem sua proteção em três níveis, local, mundial e federal, em ordem cronológica. A Lei Federal nº 3751 de 1960, dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal e se refere em seu Art. 38 acerca da manutenção dos princípios do projeto, exigindo prévia autorização em lei federal para qualquer alteração no plano piloto. Já o Decreto-Lei nº 10.829 de 1987, que regulamenta o art. 38 da lei 3751/60, define o perímetro de preservação e as principais características a serem preservadas nas quatro escalas distintas previstas na concepção. Ainda integram em anexo esse Decreto, o Relatório do Plano Piloto (1957) e Brasília Revisitada (1987) (REIS, 2001).

Já em nível mundial, existe a resolução da 11ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco de 7 de Dezembro de 1987, que determina a inscrição do conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília na lista dos bens considerados patrimônios da humanidade. Por último, em nível federal temos a inscrição de Brasília no livro de tombamento histórico nº 532, a partir do Decreto de Tombamento de 14 de março de 1990, do IPHAN (REIS, 2001). Este documento foi posteriormente alterado e complementado pela Portaria nº 314 de 1992, que de fato aprova as definições e critérios para a efetiva proteção do conjunto urbanístico brasiliense. Definindo-se a área abrangida pelo tombamento, reafirmando o projeto vencedor de Lúcio Costa e mantendo as quatro escalas distintas, a monumental, a gregária, a residencial e a bucólica.

### 3. CATEDRAL DE BRASÍLIA

A Catedral de Brasília, projeto de Oscar Niemeyer na capital brasileira, teve seu início a partir de um pedido, em 1956, realizado pelo presidente Juscelino Kubistchek ao arquiteto para a construção do que é hoje um dos símbolos da cidade. Inaugurada em 1960, Brasília já era sonho e projeto de muitos anos antes, desde a época do descobrimento. Os próprios portugueses já manifestavam o interesse de localizar a capital do país no interior de maneira que haveria menores riscos de invasão e maiores possibilidades de exploração e até mesmo domínio (REIS, 2001).

Algumas expedições à área imaginada foram realizadas ao longo dos anos e durante alguns governos, a exemplo do relatório Belcher, durante o governo Vargas, no qual foram elaborados mapas e relatórios da região, demarcando cinco áreas mais adequadas para a implantação da nova capital, sendo escolhido o sítio mais adequado (REIS, 2001). A partir desses trabalhos principais foi fundamentada a transferência oficial da capital no governo de Juscelino Kubistchek. Logo após a sua posse foi criada a lei nº 2.874 de 1956, que oficializava a transferência, estabelecia o perímetro e criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Esta última foi responsável pela elaboração do edital do concurso nacional para o projeto do Plano Piloto para a nova capital brasileira, incorporando características dos relatórios realizados, fornecendo elementos para a implantação no sítio.

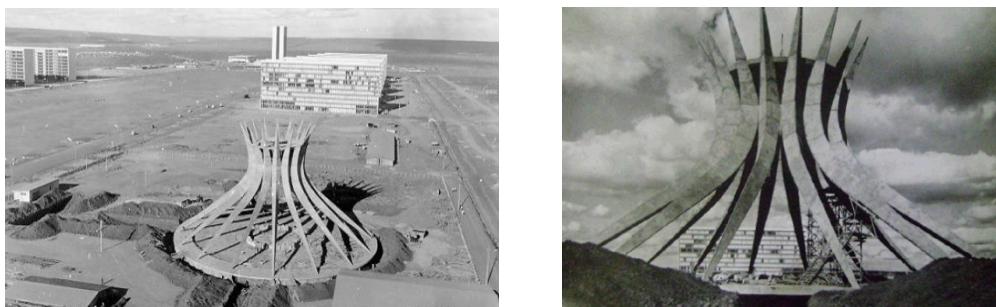
O projeto ganhador de Lucio Costa foi apresentado por meio do relatório do Plano Piloto de Brasília em 1957, criando a partir de um traçado simples uma concepção urbanística “original, nativa e brasileira” (COSTA, 1995). A cidade nasce do gesto primário de uma cruz e a partir dessa intersecção surge a concepção de dois eixos estruturadores, o eixo rodoviário-residencial e o eixo monumental, sendo o encontro deste marcado por uma plataforma com sua escala gregária que permitiria encontros da vida cotidiana (IAB, 2010).

Lucio Costa foi o responsável pelo traçado da cidade e Oscar Niemeyer responsável pela principais construções de caráter monumental da cidade, a exemplo da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, ou mais comumente conhecida como Catedral Metropolitana de Brasília, que teve seu projeto apresentado em 1958. Essa obra repleta de referências simbólicas e arquitetônicas sintetiza de uma maneira simples as influências da arquitetura clássica e gótica nas catedrais. Segundo IAB (2010) o arquiteto já sentenciava que as técnicas modernas do concreto armado possibilitariam a união dessas duas influências estilísticas através de uma solução compacta em planta circular.

O início da sua construção data de 1959, quando foram realizadas as obras relativas à estrutura da nave central. Marcada por uma planta circular de setenta metros de diâmetro, implantada três metros abaixo do nível da Esplanada e cuja cobertura é um hiperbolóide de revolução gerado pela repetição de 16 montantes curvos de seção triangular, unidos entre si por meio de um anel de compressão, vide figura 1 (a) e (b). Com trinta metros de altura e capacidade para quatro mil pessoas, ainda apresenta um conjunto em anexo com cerca de dez mil metros quadrados. Intencionalmente, explora a plasticidade da estrutura, além da verticalidade e os efeitos de contraste de luz (IAB, 2010; SCOTTÁ, 2010).

Seu tombamento antecedeu o tombamento da cidade de Brasília, tendo o seu primeiro pedido negado em 1961 devido à obra ainda estar inacabada, negando a ordem natural que a lei previa. Porém em 1967, seu pedido de tombamento foi enfim efetivado pelo IPHAN. Após a sua inauguração em 1970 seguiram-se as obras de conclusão dos fechamentos dos painéis de vidro e se iniciou a construção do espelho d’água que circunda a obra, além da construção do campanário e do batistério que é marcado por uma cobertura ovóide que é visível no exterior (IAB, 2010).

Figura 1(a) e (b) – Imagens da construção da Catedral



Fonte: (SCOTTÁ, 2010)

A vedação com os painéis de vidro sofreu alteração do projeto inicial em relação ao que realmente se construiu, pois ao invés de duas camadas de vidro superpostas, com a finalidade de diminuir a incidência solar, foi colocada uma lâmina de vidro presa a uma armação metálica pela falta de tecnologia existente na época que possibilitasse seguir o projeto inicial (SCOTTÁ, 2010). Porém tanto os vitrais ou ainda outros elementos já vinham sofrendo uma série de problemas, o que levou o arquiteto a realizar o projeto para a primeira reforma sofrida pela Catedral, anos depois (IAB, 2010). Nessa reforma foram pintados de branco a estrutura e o campanário para melhor relacionar-se com os vitrais que foram elaborados pela artista plástica Marianne Peretti. Logo após essas modificações e intervenções da reforma, a Catedral foi reinaugurada em 1990.

Em face dos recorrentes problemas, ao longo dos anos, de infiltração do espelho d'água, dos problemas sofridos pelos vitrais devido a sua dilatação e falta de ventilação adequadas, em 2000, foi realizada outra reforma geral com serviços de troca de iluminação interna e externa, equipamentos para a circulação de ar, regulagem dos sinos, aplicação de película nos vidros e impermeabilização do espelho d'água. Atualmente, a Catedral está passando por um processo de restauração devido a esses problemas que seguem recorrentes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de intervenção realizados na Catedral estão ocorrendo devido a falta de manutenção ou ainda problemas técnicos em relação aos materiais utilizados, a exemplo dos painéis de vidro, como citado, que não corresponderam ao projeto inicial. A escolha dos materiais pode ou não seguir alguns preceitos de sustentabilidade, pois a partir do desempenho, custo, facilidade de operação e manutenção é possível reduzir o impacto ao ambiente ao se considerar o ciclo de vida da edificação.

Na atualidade, as soluções para minimizar os danos causados ao ambiente tornam-se prioridade nas construções, até mesmo edifícios que não foram pensados ou projetados com esse intuito passam a se adaptar gradativamente a esses requisitos. Essa é uma das problemáticas existentes na arquitetura moderna, que é requerida em aspectos de conforto, manutenção e vida útil da edificação. O respeito a sustentabilidade das edificações não se restringe somente ao uso racional de recursos materiais, mas também a utilização de tecnologias e conceitos de projeto, além de aspectos econômicos, sociais. O desenvolvimento sustentável é baseado em estratégias e diretrizes que garantam as construções sustentáveis aspectos relacionados a produção, operação e modificação do ambiente construído e que contemplem não somente os aspectos ambientais, como também os aspectos sócio-econômicos. Há ainda os fatores institucionais que são relacionados aos sistemas de gestão e responsabilidade social. Pouco mais recente, temos como parte integrante a ser considerada

relevante para a construção sustentável, os aspectos culturais e as implicações do patrimônio cultural, portanto esse também passa a ser objeto de interferência (LAMBERTS et al, 2008).

Em função dessas características, temos no caso da restauração da Catedral, obras restaurativas que prezam por questões de manutenabilidade da edificação, ao se escolherem soluções de materiais que aumentariam a vida útil desse. Já que foram realizadas a remoção e substituição dos vidros e vitrais, devido a quebra espontânea dos vitrais pela grande amplitude térmica no interior. Em face disso, foram trocados os vidros externos, transparente e temperado por vidros laminados com controle térmico e os vitrais artesanais fabricados por sopro, da artista plástica brasileira, por vitrais alemães industriais que possuem uniformidade de espessura. Portanto dentre esses aspectos citados as intervenções prezaram pelos fatores tanto ambientais, como sócio-econômicos ao pensar na edificação a longo prazo, já que a partir da solução tomada aliada a manutenção reduziria o número de intervenções na Catedral ao longo dos anos. Porém, a partir dessa postura tomada aborda-se a questão da justificativa dessas escolhas em relação as teorias que embasam o tratamento dado ao patrimônio, tais fatores de sustentabilidade podem ou não sem encaixar nesses pensamentos.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, L. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CUNHA, C. R. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan.** Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2010.
- IAB (org.) **Guia de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos.** – Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Série obras em parceria; n. 1), 2010.
- KÜHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009
- LAMBERTS, Robert; BATISTA, Juliana Oliveira; FOSSATI, Michele; TRIANA, Ma. Andrea. **Sustentabilidade nas Edificações: Contexto Internacional e Algumas Referências Brasileiras na Área.** Labeee, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- REIS, C. M. **Brasília: Espaço, Patrimônio e Gestão Urbana.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2001.
- SCOTTÁ, L. **Arquitetura Religiosa de Oscar Niemeyer em Brasília.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.